

Pobreza e Exclusão Social: Binômio contido no segmento População em Situação de Rua

Resultado de Investigação Finalizada

Grupo de Trabalho nº 08 – Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Ana Marcia Fornaziero Ramos

Resumo:

Objetiva-se refletir sobre as dimensões da pobreza e do conseqüente processo de exclusão social que as pessoas vêm sofrendo, gerando nas grandes capitais brasileiras, mais especificamente na cidade de São Paulo, grande contingente de pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia. Neste artigo são trazidas as características que têm definido quem são e em que condição estão as pessoas moradoras e em situação de rua em São Paulo-Brasil, e qual tem sido a política governamental e as intervenções junto à este segmento populacional.

Considera-se que as Políticas Públicas devem ser respostas as reais necessidades das populações que dela necessitam e para sua efetividade deve-se conhecer o público a que se destinam; suas necessidades e seus anseios.

Palavras Chaves: Pobreza; Exclusão; Políticas.

I – INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as dimensões da pobreza e do conseqüente processo de exclusão social que as pessoas vêm sofrendo, gerando nas grandes capitais brasileiras, mais especificamente na cidade de São Paulo, um contingente grande de pessoas que estão fazendo das ruas seu espaço de moradia. Neste artigo são trazidas as características que têm definido quem são e em que condição estão as pessoas moradoras e em situação de rua hoje em São Paulo-Brasil, e qual tem sido a política governamental e as intervenções junto à este segmento populacional.

Considera-se importante tal reflexão uma vez que as Políticas Públicas devem ser respostas as reais necessidades das populações que dela necessitam e para que sejam efetivas devem conhecer o público a que se destinam; suas necessidades e seus anseios.

Tem-se que a depender da ótica que os gestores das políticas públicas têm dos problemas que afetam a cidade que administram; a sua intervenção por meio de uma rede de serviços para atendimento, pode vir na direção do exercício de cidadania ou ao contrário, pode vir na contramão de direitos conquistados.

Este trabalho é parte de minha pesquisa de doutorado¹ finalizada em 2012, a qual teve a preocupação de conhecer as potencialidades e os desafios presentes nas parcerias entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS)² e as Entidades Sociais³

¹ RAMOS, AMF, “Potencialidades e desafios nas parcerias entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as Entidades Sociais na Cidade de São Paulo: um estudo dos serviços voltados à população em situação de rua”. PUC SP, 2012.

² A SMADS se constitui na cidade de São Paulo como órgão responsável pela coordenação e operacionalização da política social do município. Tem a função de implementar a política de assistência social do município voltada para o atendimento dos direitos sociais e aspirações da população de baixa renda e propor soluções alternativas para o atendimento dos problemas sociais emergentes que envolvam outros órgãos públicos

(ES), que são realizadas para o combate à pobreza e à exclusão social avaliando se essa forma de gestão assumida por SMADS corresponde a uma administração pública municipal promotora de inclusão social. A mesma teve como recorte de análise os serviços prestados em parceria à população em situação de rua, por considerar que a sua existência denuncia graves problemas no sistema de bem-estar social de uma cidade e aponta o alto grau de exclusão social e pobreza que uma população pode estar vivendo. Analisou também se os serviços ofertados cumprem o papel de proteção e emancipação, e se as parcerias, firmadas por meio de convênios estabelecidos entre SMADS e ES apresentam relevância e impactos positivos no trato dessa questão.

Neste artigo serão apresentadas as vozes dos profissionais (tanto do governo quanto das ES), bem como da sociedade civil, que de forma ou outra estão diretamente ligados à operacionalização dos serviços oferecidos à população em situação de rua do município de São Paulo.

Buscou-se saber do ponto de vista das pessoas que fizeram parte da pesquisa dentre outros aspectos, qual visão que têm sobre as pessoas em situação de rua e como a definem; quais são suas expectativas e que significado os entrevistados consideram que a rua tem para quem faz uso dela. Para isso, buscou-se levantar questões em torno da concepção de quem são os usuários; suas demandas *versus* as ofertas apresentadas; pontos de conflitos e de contradições que aparecem no atendimento e quais seriam os fatores essenciais para a consecução dos objetivos de cada serviço.

Para apresentação desse artigo, considera-se importante fazer uma síntese sobre as questões que envolvem a população de rua como uma das manifestações da questão social no Brasil; discorrer sobre a metodologia adotada; para após apresentar o resultado das entrevistas realizadas e por fim tecer considerações.

II – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA DAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL.

Consideramos que falar sobre pessoas em situação de rua nos leva a pensar, acima de tudo, sobre sistemas de Proteção Social e em consequência sobre Políticas de Bem Estar Social. As pessoas moradoras na/e em situação de rua colocam em xeque o sistema de proteção social público, porque mostram a incapacidade deste em evitar tal situação e de promover o alcance e o exercício de direitos de cidadania.

Assim, ao falarmos dessa expressão da questão social, estamos nos referindo ao processo de exclusão social que as pessoas em situação de rua vêm sofrendo. Esse processo é complexo e multifatorial, portanto deve ser abordado desde diferentes âmbitos e diferentes agentes.

A atenção social prestada à população que vive nas ruas, tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil como um todo, tem sido realizada de diferentes maneiras na história brasileira. A partir da década de 90, no Brasil, se intensificaram os trabalhos que se preocuparam em analisar seu perfil, as formas de atendimento e as práticas assistenciais desenvolvidas.

Desde a dificuldade da definição do conceito, sobre quem é considerado morador de rua⁴, ou quem está em situação de rua⁵, até a análise das reais chances de se sair dessa situação, por meio dos

³ São várias as denominações usadas para *organizações sem fins lucrativos* que atuam nas sociedades voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos que exercem um tipo de atividade de natureza não-governamental e não mercantil. Podemos encontrar diferentes termos como: organização social, organização civil de interesse público, organizações não-governamentais, organizações filantrópicas, etc.

⁴ Há várias definições sobre o conceito “morador de rua”. No Brasil têm-se a expressa na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNISPSR, 2008); a utilizada para fins instrumentais pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); a utilizada por Pessanha (1983); a utilizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para realização de dois Censos da População de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo (em 2000 e 2003). Na Europa tem-se a utilizada pela FEANTSA (Federação Européia das Organizações Nacionais que trabalham com Pessoas Sem Teto) e ainda na constituição dos Estados Unidos, a definição oficial federal sobre pessoas sem teto (*homeless*) (título 42, capítulo 119, sub-capítulo 1).

serviços oferecidos por uma dada Política Social, traz questões complexas para a análise tanto do perfil desse segmento quanto das formas e práticas de atendimento.

Conforme consta na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNISPSR,2008), esse segmento encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Segundo a definição de cientistas sociais como Alcock (1997) e Castel (1998), exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (Martins,2003).

Nesse artigo adotamos a definição da PNISPSR,2008:

... parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-à-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como 'população em situação de rua...

Ainda que não exista uma definição do conceito universalmente aceito no âmbito acadêmico, ainda que em algumas partes do Brasil esse segmento seja chamado de população sem teto, ou morador de rua, ou pessoa em situação de rua, e em outras partes do mundo seja chamado de *homeless*, *persona sin hogar*, *sans-domicile-fixe*, para citar como exemplos a diversidade de nomenclatura usada, as condições da população em situação de rua não se referem tanto a uma questão pessoal, como de ser nômade ou itinerante, mas a uma situação caracterizada pela falta de alojamento adequado e pela falta de condições dignas de sobrevivência, segundo os valores sociais vigentes em cada sociedade. Essa condição inclui todas as pessoas que não conseguem acessar uma moradia ou conservá-la, seja por barreiras sociais difíceis de serem ultrapassadas, seja por condições pessoais, exigindo a intervenção de algum serviço social de apoio.

Conforme constado na PNISPSR (2008), a população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento.

Silva (2006) enumera várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). Ainda segundo a autora, se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua.

Borin (2003) descreve:

⁵ Neste artigo adotaremos tanto o termo população que vive ou moradora nas ruas e/ou população em situação de rua.

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à sobrevivência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (os valores vividos anteriormente) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares/comunitários, os tipos de socialização que se consolidam na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições da auto estima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à idéia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (BORIN, 2003, p. 44).

Um dos desafios a ser enfrentado, ao se pensar na construção de uma rede de serviços para atendimento à população em situação de rua que seja capaz de dar respostas às suas reais necessidades, está em sua própria conceituação e na identificação de para quem está dirigida essa rede. A diversidade de grupos e distintas localizações — a heterogeneidade desta população e das condições em que se encontram — tornam difícil sua caracterização unívoca e imediata.

São diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais).

A heterogeneidade das pessoas em situação de rua passa também pelas diferentes faixas etárias da população: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Cada um dos grupos etários apresenta suas especificidades, que se expressam em escolhas distintas quanto aos locais de pernoite, soluções de sobrevivência, formas de socialização e muitos outros condicionantes da permanência na rua (FIPE, 2003). Da mesma forma, o tempo de permanência na rua também é uma variável importante a ser considerada.

Apesar da reconhecida diversidade, as pessoas em situação de rua partilham inúmeras características. Conforme pesquisa FIPE (2003), são todos muito pobres, pessoas para quem algumas das instituições básicas da sociedade — propriedade privada, família, mercado — deixaram de propiciar as estratégias usuais de sobrevivência. A história de vida que os levou às ruas apresenta sempre uma série de fracassos pessoais e falta de amparo institucional. Sem moradia, sem apoio familiar ou de uma rede informal de proteção, reinventam diariamente as soluções para sua sobrevivência: alimentos, abrigo, dinheiro, bebida, remédios e segurança.

Trata-se neste artigo de um segmento da população que além de viverem em situações extremamente precárias não dispõem de uma rede de apoio informal porque suas relações familiares e sociais não existem mais, ou estão muito deterioradas ou são muito conflitivas. Nesses casos a intervenção pública é indispensável, sendo uma responsabilidade social da Administração Pública manter uma rede de atendimento.

Tem-se como desafio para esta, não só no que diz respeito ao segmento população de rua, mas para o todo dos cidadãos que necessitam atenção:

Trabalhar as condições de pobreza, não como constatação da situação da população, mas como informações-chave para orientar a proteção social [...] o estudo das condições de pobreza das famílias transforma-se em informações-chave para a gestão pública preocupada em desenhar estratégias diferenciadas de inclusão social (ARREGUI, WANDERLEY, 2009, p. 161).

III – METODOLOGIA

O estudo completo teve como objeto empírico de pesquisa a rede de serviços ofertada a população em situação de rua pela SMADS em convênios firmados com as Entidades Sociais (ES) e os instrumentos de regulação de parceria normatizados pelo Decreto 43.698 de 2/09/2003 e pelas Portarias 46 e 47 de SMADS/ 2010.

Considerando o enfoque multidisciplinar e “multiagente” com que se abordou o tema, foram consultadas fontes documentais normativas e revisão de bibliografia dos temas relevantes, ouvido os profissionais da instituição pública municipal do âmbito da Assistência Social e profissionais das entidades sociais; além de pesquisadores com experiência no tema da investigação; pessoas em situação de rua usuárias dos serviços, membros do movimento nacional de população de rua, membros do conselho de monitoramento de políticas para a população de rua.

Nesse artigo que ora apresentamos ressaltaremos a voz dos profissionais (tanto do governo quanto das ES) que de forma ou outra estão diretamente ligados à operacionalização dos serviços oferecidos à população em situação de rua do município de São Paulo.

A região eleita para a pesquisa foi a Central da cidade, mais especificamente as regiões Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Bom Retiro e Bela Vista onde estão instalados o maior número de serviços à população de rua, bem como por serem as regiões onde há maior concentração desse segmento vivendo nas ruas. Os serviços foram selecionados a partir de diferentes modalidades de atendimento, compreendendo seis ES com o total de oito serviços.

Para 17 (dezessete) servidores públicos, (Chefias e técnicos da SMADS, CAS⁶, SAS⁷ e CREAS⁸), foram distribuídos dois questionários para cada um sendo que foram devolvidos 30 (trinta). Para 19 (dezenove) funcionários entre coordenadores e técnicos dos serviços prestados pelas Organizações conveniadas com a SMADS, foram distribuídos 38 (trinta e oito) questionários, e devolvidos 24 (vinte e quatro).

Foram entrevistados 10 servidores públicos⁹ entre Chefias e técnicos da SMADS, CAS e CREAS; 09 funcionários¹⁰ dos serviços prestados pelas Organizações conveniadas com a SMADS, entre coordenadores e técnicos, além de outros atores que fizeram parte da pesquisa¹¹.

Nas entrevistas, buscou-se saber do ponto de vista das pessoas que fizeram parte da pesquisa dentre outros aspectos, qual visão que têm sobre as pessoas em situação de rua e como a definem; quais são suas expectativas e que significado os entrevistados consideram que a rua tem para quem faz uso dela.

IV – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO PONTO DE VISTA DOS ENTREVISTADOS

Por meio dos questionários e entrevistas levantamos os seguintes aspectos¹²:

Governo¹³:

⁶ CAS: Coordenadoria de Assistência Social

⁷ SAS: Supervisão de Assistência Social

⁸ Centro de Referência Especializado de Assistência Social

⁹ Área de Formação: 03 Serviço Social; 03 Pedagogia; 02 Psicologia, 02 Enfermagem

¹⁰ Área de Formação: 05 Serviço Social; 01 Pedagogia; 01 Psicologia; 01 Filosofia

¹¹ 03 representantes membros do Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, 01 representante do Movimento Nacional da População de Rua, e um representante do Jornal O Trecheiro. Também se ouviu integrantes do Fórum de Assistência Social – FAS, o qual tem como participantes Presidentes de ES, por meio de reuniões e plenárias onde se discutiu a Política de Parceria e as Portarias atuais de convênio

¹² A identificação das falas aparecerão nesse artigo com iniciais entre parênteses

¹³ Estão incluídos nessa categoria Chefias e técnicos da SMADS, Coordenadora, Supervisão técnica e técnicos de CAS e Coordenadores e Técnicos de CREAS

54% discordam que o rompimento de vínculos com a sociedade e sua situação de exclusão social tem um caráter de vontade própria. 97% consideram que esse rompimento é o resultado de um longo processo de deterioração e desestrutura social por diferentes motivos (saúde, solidão, drogas).

70% concordam em grande parte com a afirmação de que o processo que leva ao rompimento de vínculos com a sociedade influencia tanto as capacidades pessoais como a responsabilidade de cada pessoa sobre sua própria vida e 91% concordam que ausência de participação na sociedade, relacionada com a incapacidade da pessoa para estabelecer e manter vínculos sociais se deve a diferentes fatores externos (falta de proteção social) ou de experiências próprias de vida (perdas traumáticas, transtornos mentais).

Nas entrevistas, ao serem solicitados que definissem qual a concepção que o grupo tem a respeito do usuário e da situação em que os mesmos se encontram foram usadas as seguintes expressões: *final da linha para um ser humano; perda de referencias; população à margem; pessoas que não tiveram oportunidades na vida ou perderam vínculos familiares e sociais; pessoas que não tiveram acesso aos direitos; aquele que já rompeu com todos os laços familiares; dependente químico que a família não aguenta; nem todos que estão na rua podem ser considerados nossos usuários — também deve-se levar em consideração a questão da bandidagem que se infiltra no meio deles.*

Segundo a fala dos entrevistados, a maior parte dos usuários se torna dependente da rede de atendimento, não sabendo mais andar sozinha e assim, não querendo sair mais dela: “... Idoso de rua é a população de rua que cresceu!...” (Ci).

Outra parte de usuários por estar há longo tempo nas ruas, tem dificuldade em aceitar o acolhimento em função de novas regras:

“... Quando ela esta na rua ela já criou uma rede sozinha, num grupo pequeno. De repente vai pra um local coletivo de pessoas que ela não conhece, onde se impõe regras que ela não estava habituada, e por mais que a gente diga que as regras são necessárias para viver em sociedade, a gente não entende que ela própria já tinha suas regras na outra comunidade. Regras da própria comunidade, que ela estava fazendo parte. Embora essas regras pudessem não ser as regras da sociedade são regras internas onde ela aprendeu a construir e respeitar...” (Ed).

Sobre os motivos que levam às ruas, o grupo tem a sensação de que houve agravos no perfil de quem está na rua e dos motivos que os levaram para lá. Ouvimos como razões: *desigualdade, desemprego, violência, transtornos leves que se agudizam com a droga; migração de outros estados, tráfico de drogas e de pessoas; rompimento de vínculos com a família; todo um sistema que o levou a ficar assim.*

Sobre o que os usuários necessitam para melhorar o seu atendimento, alguns entrevistados têm a sensação de que a População em Situação de Rua é prioridade no governo, apenas porque a sua visibilidade incomoda demais a sociedade. Percebe-se que a reflexão a fundo não é enfrentada pelo mesmo, o que resulta em divergências internas de como agir com a população de rua, refletindo nos serviços conveniados. Seriam necessárias políticas integradas, atendimento às demandas específicas, trabalho sócio educativo para resgate de autoestima, consolidação de fluxos no atendimento na rede interna, acompanhamentos de ordem psiquiátrico e físicos realizados pela saúde, questões alternativas de habitação seriamente enfrentadas bem como no campo do trabalho e sensibilidade para acolhida e escutas verdadeiras.

Sociedade Civil¹⁴:

¹⁴ Estão incluídos nessa categoria os coordenadores e técnicos ligados às ES, representantes membros do Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo; representante do

42% concordam parcialmente, 20% concordam em grande parte que o rompimento de vínculos com a sociedade e sua situação de exclusão social tem um caráter de vontade própria, sendo que apenas 37% discordam. Essa apuração tem coerência com o que foi levantado dos entrevistados que *o sair das ruas e reatar com os vínculos na sociedade* depende também de uma vontade própria.

25% concordam plenamente e 50% concordam em grande parte que esse rompimento é o resultado de um longo processo de deterioração e desestrutura social por diferentes motivos (saúde, solidão, drogas).

60% concordam em grande parte e 25% concordam plenamente com a afirmação de que o processo que leva ao rompimento de vínculos com a sociedade influencia tanto as capacidades pessoais como a responsabilidade de cada pessoa sobre sua própria vida.

Apesar de 33% concordarem parcialmente e 30% concordarem em grande parte com a afirmação de que ausência de participação na sociedade está relacionada com uma incapacidade pessoal de estabelecer e manter vínculos sociais, 33% concordam parcialmente e 65% concordam plenamente que essa ausência de participação deve-se também a diferentes fatores externos (falta de proteção social) ou de experiências próprias de vida (perdas traumáticas, transtornos mentais). Nesse grupo questões ligadas a processos de exclusão social e processos pessoais interferem na condição atual de se estar nas ruas.

Sobre quem são as pessoas que hoje se encontram em situação de rua, ouvimos que na rua estão pessoas com perfis por demais heterogêneos. Estão nas ruas pessoas com os mais diversos graus de instrução: *desempregados com maior ou menor qualificação; pessoas nas ruas há muito tempo, outros nem tanto; alguns com vínculos sociais e familiares totalmente rompidos e outros com possibilidades de reatá-los; também estão pessoas com transtornos mentais, usuários de álcool e droga; egressos de sistema penitenciário, migrantes e imigrantes, todas as faixas etárias estão nas ruas e, apesar do sexo masculino ser predominante, também se encontram nas ruas mulheres e famílias.*

Sobre alguns dos motivos que os levaram à rua:

“... Às vezes uma separação manda pra rua. Na rua quando eles se passam mais de uma semana eles descobrem que dá pra viver na rua. A rua oferece tudo...” (Re).

“... Motivos? Drogas, álcool, separação, desemprego; até depressão pós-parto... Rico trata, mas pobre não tem o serviço público que a trate. Aí a família não a quer aceitar porque ela rejeitou seu filho, ela vai para rua...” (Re).

“... Ele está na rua, não porque o quer, mas pela omissão de longo tempo do Estado. Não é porque ele quer ficar, mas ele já criou vínculos na rua, então pra você tirar ele é difícil, então você tem de ofertar novas possibilidades. Não se pode culpabilizá-los por isso...” (An).

Sobre a percepção que os entrevistados têm das pessoas em situação de rua, apreendemos, a partir dos posicionamentos feitos, que existem sentimentos que vão da compaixão e solidariedade, e até a noção de que essas pessoas têm direitos que lhes foram negados durante parte ou todo o processo de suas vidas. Os sentimentos se misturam no interior das próprias pessoas entrevistadas. Cada entrevistado tem o duplo conceito de que as pessoas estão na rua por processos de exclusão social, mas também por histórias de vida pessoais, que passam por más escolhas, por erros de condução de suas vidas, por incapacidade pessoal em lidar com problemas do cotidiano, por vícios que adquiriu por vontade própria.

Sobre o estar nas ruas, os entrevistados têm visões variadas, para muitos “... a rua oferece tudo: acolhida, comida, amizade...” (Re), mesmo assim outros não acreditam “... que a rua seja realmente opção...” (Cr) e para a maioria “... quanto mais tempo na rua, mais difícil a sua saída...” (Re).

O significado que consideram que a rua tem para as pessoas que se encontram nela variam segundo as percepções que os entrevistados têm de quem está na rua, assim ora a rua pode ser boa e ser uma situação de acomodação, de decisão pessoal de querer estar nela, ora a rua é aquela que oprime e desnuda toda a exclusão social.

Segundo a visão dos entrevistados, as pessoas em situação de rua se encontram com autoestima muito baixa, o que torna difícil a aceitação de muitas das propostas que lhes são feitas, por não se considerarem merecedores, por acharem que não conseguirão atender às expectativas ou por não fazerem sentido para eles.

O grau de expectativa por parte dos profissionais também não é alto, o que consideramos ser devido ao perfil dos usuários e por suas histórias de avanços e retrocessos. Não consideramos isso de nenhum modo negativo, porque o reconhecimento e o comemorar de pequenos avanços, ou mesmo mínimos, reforçam o acreditar dos profissionais nas possibilidades que a pessoa em situação de rua tem de acessar direitos e ter melhores condições de vida.

Considerações

São muitas as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam com o segmento população de rua, no sentido de alcançarem êxitos em suas ações junto a esse grupo. A oferta de atendimento na área da assistência social (SMADS) se resume em serviços de acolhimento noturno para homens e mulheres; acolhimento para famílias; para idosos; serviços de convivência que funcionam durante o dia, os quais servem refeições, possibilidades de atividades sócio educativas, banho e lavagem de roupas; outros também de convívio, porém apenas com atividades socioeducativas e encaminhamentos; alguns serviços de inclusão produtiva que oferecem cursos de capacitação e serviços de abordagem de rua que realizam contatos com as pessoas nas ruas com o objetivo da criação de vínculos para possíveis encaminhamentos. No entanto o tamanho dessa rede não é suficiente para atender toda a demanda e essas ofertas também não dão conta da diversidade de necessidades que as pessoas que estão nas ruas apresentam.

Dentre as principais demandas das pessoas estão as relacionadas à saúde, habitação e trabalho. Há muitas pessoas com transtorno mental, usuários de drogas e álcool, além de problemas físicos crônicos que estão sem atendimento, por falta de espaços adequados para recebê-los e pelo fato de não se entender que essa população necessita de uma atenção especializada. A falta de uma política habitacional voltada a este segmento, isto é, levando em consideração a situação em que se encontram também colabora para falta de respostas. As formas atuais de acesso ao mercado de trabalho também não oferecem a esse segmento possibilidade de retorno a esse mercado. Poucos lugares têm a preocupação do curso oferecido com a real possibilidade de emprego. Também seria necessário preparar os profissionais que realizam as capacitações para entenderem as condições que esse segmento se encontra, a história de vida que carregam, para entenderem seus avanços e retrocessos.

Somado aos problemas das ofertas de atendimento sócio assistenciais no que se refere ao seu tamanho e diversidade, ainda têm-se que esses não se constituem em uma rede de fato. Não há protocolos e fluxos firmados, propiciando articulações fortes e como direção governamental. Constatase que estão a cargo dos próprios profissionais das regiões contatos informais para estabelecimento de possíveis acordos de trabalho conjunto.

Além dos problemas acima apontados, a heterogeneidade das pessoas que estão nas ruas, o grau de necessidades que apresentam e, a complexidade dos problemas existentes, somam-se ainda as histórias de vida de cada usuário, que são repletas de experiências frustradas ou, ao menos, de perdas, que os fazem desacreditarem na possibilidade de novos projetos em suas vidas.

Apesar de existir a crença de que a população em situação de rua é consequência da questão social atual, também há por parte dos profissionais que os atendem uma visão de que a responsabilidade no final para sair das ruas continua recaindo sobre a própria pessoa que está na rua.

A frustração gerada nos profissionais que trabalham com essa temática pelos avanços e retrocessos que percebem no atendimento que fazem, e a responsabilidade última que atribuem à própria pessoa em situação de rua estão diretamente ligadas a falta de uma política intersecretarial e intersetorial. Como as ações que dizem respeito a sanar as violações de direitos são difíceis e processuais, por serem elas frutos de um processo de exclusão social dependendo de vários atores para saná-las, e esses em muitos casos se mostram ausentes, a Assistência Social vai assumindo os usuários e seus problemas de forma total e permanente, gerando na população atendida dependência da rede, pois é essa quem o escuta, quem o acolhe a despeito de qualquer coisa.

Nesse sentido, para a população em situação de rua é de vital importância que os profissionais que trabalham com a mesma não reproduzam posturas discriminatórias, preconceituosas e de exclusão. Suas ações devem ter o caráter de afirmação de direitos e devem exigir, por meio de sua ação profissional, que os usuários recebam o atendimento que necessitam, inclusive de outras políticas. Ao mesmo tempo, os serviços, tanto na forma, como nas ofertas, devem transmitir a possibilidade de reconstrução de uma nova forma de ser e viver, favorecendo a autocracia na capacidade de projetar sonhos e planos a partir de potencialidades reais que podem ser desenvolvidas.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOCK, Pete. *Understanding Poverty*. 2nd ed. Basingstoke: Palgrave, 1997.
- ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariangela B. A vulnerabilidade Social é atributo da pobreza? In: *Serviço Social & Sociedade: serviço social, história e trabalho*. São Paulo: Cortez, il. jan./mar 2009, v. 30, n. 97, p. 143-165.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo. *Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: Os Moradores de Rua em São Paulo*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2003
- BRASIL. *PNISPSR Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, 2008
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FIPE Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas, Prefeitura Municipal Da Cidade De São Paulo. *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. São Paulo, 2003.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- PESSANHA. D. *Mendigo, o trabalhador que não deu certo*. Ciência Hoje, 1983. 1 (4), p.30-35, jan/fev (Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência).
- RAMOS, AMF, “*Potencialidades e desafios nas parcerias entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as Entidades Sociais na Cidade de São Paulo: um estudo dos serviços voltados à população em situação de rua*”. Tese de Doutorado. PUC SP, 2012.
- SÃO PAULO (Município). Lei n. 12.316 – (16 de abril de 1997). *Política de Atenção à População de Rua para o Município de São Paulo*.
- SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, 2006, 220 p.